

Subeixo 1
O Lugar da Vigilância em Saúde no SUS

Propostas procedentes dos GT	GT	Redação final	Abrangência	Análise plenária
1. Garantia de que as questões sanitárias continuem sendo reguladas pela ANVISA, proibindo que leis sejam aprovadas descumprindo essa premissa, a exemplo do que aconteceu, recentemente, com a aprovação pela Câmara de Deputados do Projeto de Lei que autoriza a produção, a comercialização e o consumo de inibidores de apetite, alguns inclusive vetados na Europa e nos Estados Unidos.	3			Suprimida
2. Implantação de grupo de trabalho da vigilância em saúde e demais setores, em especial da atenção básica (formado por servidores efetivos), gestores e sociedade civil organizada para troca de informações intersetoriais em saúde, para pactuar ações e embasar práticas no território de abrangência.	1		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
3. Promover o componente de análise da situação de saúde no território de abrangência	1		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
4. Garantir a participação democrática efetiva no processo do planejamento em saúde	1		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
5. Sistematizar e garantir a divulgação de informações do SUS, ampliando a troca de informações intersetoriais para pactuar ações e embasar as práticas da RAS	1		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
6. Garantir legalmente que o repasse financeiro da vigilância em saúde seja realizado em bloco, assegurando a autonomia da gestão dos recursos no planejamento das ações. E prestação de contas detalhadamente aos Conselhos de Saúde.	1		Nacional Estadual Municipal	Aprovada

7. Implementar a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, criando e/ou fortalecendo a VISAT enquanto componente da Vigilância em Saúde.	1		Estadual Municipal	Aprovada
8. Implementar o Sistema Nacional de Vigilância Ambiental em Saúde, regulamentando a Política de Vigilância Ambiental em Saúde, enquanto componente da Vigilância em Saúde	1		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
9. Garantia de que as questões sanitárias continuem sendo reguladas pela ANVISA, proibindo que leis sejam aprovadas descumprindo essa premissa, a exemplo pela Câmara de Deputados do Projeto de Lei que autoriza a produção, a comercialização e o consumo de inibidores de apetite, alguns inclusive vetados na Europa e nos Estados Unidos.	1	D1. Garantia de que as questões sanitárias continuem sendo reguladas pela ANVISA, proibindo que leis sejam aprovadas descumprindo essa premissa, a exemplo pela Câmara de Deputados do Projeto de Lei que autoriza a produção, a comercialização e o consumo de inibidores de apetite, bem como a regulação dos rótulos dos agrotóxicos, alguns inclusive vetados na Europa e nos Estados Unidos.	Nacional	Aprovada D1
10. Aprimoramento do processo de descarte correto de medicamentos vencidos ou de sobras de medicamentos com a adoção de um sistema de logística reversa e com a realização de campanhas que alertem a população sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente decorrentes da destinação inadequada desses insumos de saúde.	1	D1. Aprimoramento: aprimorar [...] D2. Aprimorar, com corresponsabilização das empresas, o processo de descarte correto de medicamentos vencidos ou de sobras de medicamentos com a adoção de um sistema de logística reversa e com a realização de campanhas que alertem a população sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente decorrentes da destinação inadequada desses insumos de saúde.	Nacional Estadual	Aprovada D2

<p>11. Garantia de que as questões sanitárias continuem sendo reguladas pela ANVISA, proibindo que leis sejam provadas descumprindo essa premissa, a exemplo do que aconteceu recentemente com a aprovação pela Câmara de Deputados do Projeto de Lei que autoriza a produção, a comercialização e o consumo de inibidores de apetite, alguns inclusive vetados na Europa e nos Estados Unidos.</p>	<p>1</p>		<p>Nacional</p>	<p>Suprimida</p>
<p>12. Aprimoramento do processo de descarte correto de medicamentos vencidos ou de sobras de medicamentos com a adoção de um sistema de logística reversa e com a realização de campanhas que alertem a população sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente decorrentes da destinação inadequada desses insumos de saúde.</p>	<p>1</p>		<p>Estadual e Nacional</p>	<p>Suprimida</p>

Subeixo 2				
Responsabilidades do Estado e dos Governos com a Vigilância em Saúde				
Propostas procedentes dos GT	GT	Redação final	Abrangência	Análise plenária
13. Assegurar que os instrumentos de gestão das três esferas de governo assegurem previsão orçamentária e financiamento para as ações e serviços de Vigilância em Saúde já implantados, bem como, investimentos para ampliação dos mesmos.	2		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
14. Fortalecer os processos de Planejamento nas três esferas de gestão, com participação intersectorial, garantindo a integração de todos os níveis de atenção e a estruturação da Rede de Atenção à Saúde (RAS).	2		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
15. Criar dispositivo legal para garantir que os recursos arrecadados através da Vigilância Sanitária sejam destinados ao Fundo de Saúde, devendo ser utilizados para ações e serviços de Vigilância em Saúde.	2			Supressão
16. Garantir a estruturação e integração do serviço público para desenvolver ações e serviços da vigilância em saúde com qualidade, assegurando recursos humanos, materiais e insumos adequados e suficientes.	2		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
17. Fortalecimento dos CEREST, com garantia de financiamento tripartite, assegurando equipes, insumos e materiais suficientes para desenvolver as ações de Saúde do(a) Trabalhador(a)	2		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
18. Responsabilização do Estado e dos governos pelas ações da vigilância em saúde, sendo proibida a adoção de modelos privatizantes e de terceirização dos serviços.	1		Nacional Estadual Municipal	Aprovada

<p>19. Fortalecimento das indústrias nacionais de medicamentos (e de outros insumos de saúde como kits diagnósticos e imunobiológicos) como forma de garantir a soberania do país, proibindo ações como a recente autorização, pelo Ministério da Saúde, da compra de medicamentos mais caros de uma empresa privada, em detrimento da FIOCRUZ que tinha em estoque da sua produção alguns dos</p> <p>20. medicamentos que foram comprados.</p>	<p>1</p>	<p>D1 Fortalecer as indústrias nacionais de medicamentos (e de outros insumos de saúde como kits diagnósticos e imunobiológicos) como forma de garantir a soberania do país, proibindo ações como a recente autorização, pelo Ministério da Saúde, da compra de medicamentos mais caros de uma empresa privada, em detrimento da FIOCRUZ que tinha em estoque da sua produção alguns do</p> <p>D2 Fortalecer as indústrias nacionais (públicas e privadas) de medicamentos e de outros insumos de saúde como kits diagnósticos e imunobiológicos como forma de garantir a soberania do país, proibindo ações como a recente autorização, pelo Ministério da Saúde, da compra de medicamentos mais caros de uma empresa privada, em detrimento da FIOCRUZ que tinha em estoque da sua produção alguns dos medicamentos que foram comprados.</p>	<p>Nacional Estadual</p>	<p>Aprovada a D2</p>
<p>21. Proibição que fabricantes de medicamentos forneçam esses insumos aos órgãos públicos em troca de isenção de ICMS quando a relação custo-benefício é desfavorável para o governo e para a população, a exemplo do que aconteceu na cidade de São Paulo, onde os fabricantes ganharam três (3) meses de isenção de ICMS, equivalente a R\$ 66 milhões, e forneceram medicamentos que custariam apenas R\$ 30 milhões se fossem comprados pela prefeitura, com o agravante de que os produtos foram entregues com data próxima aos seus vencimentos. Esse</p>	<p>1</p>		<p>Nacional Estadual</p>	<p>Aprovada</p>

tipo de má gestão dos recursos públicos torna mais escasso o já insuficiente financiamento das ações de vigilância em saúde.				
22. Realização da auditoria cidadã da questionada dívida pública como forma de investigar a existência de irregularidades e ilegalidades, uma vez que as grandes reformas que têm sido propostas pelos governos têm na sua justificativa essa dívida pública.	1		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
23. Revogação da EC 95 que congelou o orçamento destinado à saúde e a educação pelos próximos 20 anos, permitindo que a destinação dos recursos para investimentos públicos considere a progressão do PIB, o avanço da economia, a inflação e a exploração do Pré-Sal.	1		Nacional	Aprovada
24. Apoio ao Conselho Nacional de Saúde em relação à reprovação do relatório anual de gestão de 2016, apresentado pelo Ministério da Saúde, que não aplicou o mínimo de 15% estabelecido pela Constituição de 1988	1	D1 – Supressão	Nacional	Suprimida
25. Criação de critérios técnicos apropriados para a seleção de gestores públicos, proibindo que a seleção considere apenas a indicação política (no mínimo ter formação em gestão e formação e experiência na área a ser gerida).	1	D1 – Suprimir	Nacional Estadual Municipal	Aprovada a proposta original

Subeixo 3

Saberes, Práticas, Processos de Trabalhos e Tecnologias na Vigilância em Saúde

Propostas procedentes dos GT	GT	Redação final	Abrangência	Análise plenária
------------------------------	----	---------------	-------------	------------------

26. Apoiar e incentivar a agricultura familiar e a produção, acesso e consumo de alimentos agro ecológicos, criando mecanismos de legalização dessas comunidades produtoras.	3		Municipal Estadual	Aprovada
27. Organizar e viabilizar que o planejamento das ações em saúde seja realizado conforme a análise da situação de saúde local, com base nos determinantes sociais de saúde da população.	3	D semelhante à S1.	Nacional Estadual Municipal	Aprovada Proposta original
28. Implantar, estruturar e implementar, no organograma das secretarias de municipais de saúde, os núcleos e centros de zoonoses municipais e/ou regionais.	3		Municipal Estadual	Aprovada
29. Identificar, criar e incentivar formas de controle biológico de vetores, com intuito de reduzir danos ambientais e a saúde da população.	3		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
30. Propor a inclusão de questões relacionadas com a vigilância em saúde (orientações sobre alimentos, medicamentos, vetores, resíduos, água, zoonoses, prevenção de acidentes de trânsito, entre outros) nas ações realizadas em conjunto com as secretarias de educação.	3		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
31. Cumprir e garantir a lei 12.997/2014, no que tange a periculosidade/risco de vida dos agentes de endemias motociclistas; a lei 13.342/2017, que dá direito a todos os agentes de endemias a receberem insalubridade e a lei 12.994/2014 que dá direito ao piso salarial da categoria.	3		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
32. Garantir avaliação técnica de insalubridade a todos os profissionais da vigilância em saúde.	3		Nacional Estadual Municipal	Aprovada

33. Garantir e manter os recursos financeiros para bloco de vigilância em saúde que permitam a continuidade de execução dos trabalhos, ao contrário do que propõe a portaria GM/MS nº1091/2016 que apresenta a unificação dos blocos de financiamento e buscar novas fontes de financiamento para vigilância em saúde	3		Nacional	Aprovada
34. Promover ações integrativas entre os entes da vigilância em saúde efetivando a intersetorialidade de forma articulada com a atenção básica e demais órgãos.	3		Municipal Estadual	Aprovada
35. Garantir a proteção jurídico-funcional aos servidores da vigilância em saúde para o exercício de suas atividades.	3		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
36. Promover educação permanente para os servidores da vigilância em saúde e instituir gratificação por dedicação exclusiva, garantindo a permanência e estabilidade dos mesmos, na execução de suas funções.	3		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
37. Realizar investimentos em tecnologias e em qualificação dos trabalhadores de rede de laboratórios públicos para assegurar a ampliação da capacidade diagnóstica das doenças e agravos de interesse da vigilância em saúde, com a liberação de resultados confiáveis e em tempo oportuno.	3		Nacional Estadual	Aprovada
38. Instituir políticas sobre o plano de gerenciamento de resíduos para a comunidade com apoio dos conselhos locais de saúde e atenção básica, bem como estabelecer parcerias com fundação do meio ambiente, entre outros órgãos.	3		Municipal	Aprovada

39. Reativar as Câmaras Técnicas abrangendo individualmente cada ente componente da Vigilância em Saúde e instituir Câmara Técnica Estadual.	3		Estadual Municipal	Aprovada
40. Implantar e dar suporte técnico para novas tecnologias no processo de trabalho visando a segurança destes processos, bem como, a agilidade nos serviços prestados com excelência.	3		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
41. Fortalecer a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, visando a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos.	3	d. Fortalecer a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, visando a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos e das atuais mudanças na legislação trabalhista	Nacional Estadual	Aprovada com destaque
42. Criar e estruturar o Centro de Referência de Saúde do Trabalhador - CEREST, abrangendo os municípios da AMFRI.	3	Criar um novo Centro de Referência de Saúde do Trabalhador - CEREST, Regional abrangendo os municípios da AMFRI;	Nacional Estadual	Aprovada com destaque
43. Garantir que o repasse para as ações de vigilância em saúde para os municípios contemplados com a pactuação interfederativa (HIV/AIDS) sejam destinados para a linha de cuidado desses usuários.	3		Municipal	Aprovada
44. Garantir a ampliação do quadro de profissionais da Vigilância em Saúde (administrativos e técnicos de nível médio e superior), através de concurso público, visando à melhoria da eficiência e resolutividade das ações.	3		Estadual Municipal	Aprovada
45. Apoiar e incentivar a agricultura familiar e a produção, acesso e consumo de alimentos agro ecológicos, criando mecanismos de legalização dessas comunidades	3		Estadual Municipal	Supressão

produtoras.				
46. Desenvolver ações de educação em saúde para população para o cuidado e a responsabilidade na criação, posse e cuidado de animais.	2	D1. supressão. D2. Desenvolver ações de promoção de saúde através da educação em saúde com a população para o cuidado e a responsabilidade na criação, posse e cuidado de animais, reduzindo os agravos em zoonoses	Nacional Estadual Municipal	Aprovada d2
47. Criar sistema nacional de cadastramento e rastreamento de animais domésticos para evitar abandono.	2	D1. Supressão D2. Criar, por meio de ações intersetoriais sistema nacional de cadastramento e rastreamento de animais domésticos para evitar abandono.	Nacional Estadual Municipal	Aprovada d2
48. Indicar ao MS que realize a revisão dos critérios do Programa “Consultórios de Rua”, estimulando a adesão dos municípios ao Programa no manejo e assistência à população de rua.	2	D1. Realizar a revisão dos critérios de adesão ao Programa “Consultórios de Rua”, estimulando a adesão dos municípios ao Programa no manejo e assistência à população de rua.	Nacional	Aprovada d1
49. Garantir que a gestão do SUS seja exercida por profissionais técnicos e com experiência em saúde pública, coibindo indicações políticas	2		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
50. Promover a educação permanente da equipe técnica e de gestão da Vigilância em Saúde, para melhoria da qualidade do planejamento e execução das ações	1		Nacional Estadual Municipal	Aprovada

51. Estabelecer critérios para composição mínima das equipes de Vigilância em Saúde de acordo com as necessidades do território e perfil populacional, embasada na Análise da Situação de Saúde	1		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
52. Garantir a aposentadoria integral dos profissionais da saúde expostos às condições insalubres por 25 anos de trabalho efetivo.	1		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
53. Criar e implantar o Plano Nacional de Cargos, Carreiras e Salários para os profissionais de Vigilância em Saúde.	1		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
54. Garantir a gestão dos recursos arrecadados pela própria Vigilância Sanitária através de cobranças de taxas e multas, para aplicação no próprio setor.	1		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
55. Realização de investimentos em tecnologias e em qualificação dos trabalhadores da rede de laboratórios públicos para assegurar a ampliação da capacidade diagnóstica das doenças e agravos de interesse da vigilância em saúde, com a liberação de resultados confiáveis e em tempo oportuno.	1	Igual P	Nacional Estadual Municipal	Supressão
56. Repúdio ao Decreto presidencial de maio/2017 que libera a educação a distância para cursos de graduação na área da saúde, contrariando a Resolução N° 155, de 07 de outubro de 2016, do Conselho Nacional de Saúde.	1	D1 supressão	Nacional	Supressão
57. Criação de uma carreira de Estado de pesquisador em vigilância em saúde para aprimorar o processo de coleta, consolidação, análise e disseminação de dados sobre eventos relacionados à saúde de modo que haja uma maior produção de informações e conhecimentos	1		Nacional Estadual Municipal	Aprovada

oportunos e confiáveis que permitam uma melhor organização dos processos de trabalho, uma sensibilização e mobilização da população e uma tomada de decisão mais acertada para a proteção e promoção da saúde das pessoas e à prevenção e controle mais eficiente de riscos, agravos e doenças.				
58. Adoção de modelos de educação permanente que utilizem metodologias ativas e inovadoras de ensino-aprendizagem para os trabalhadores envolvidos com vigilância em saúde.	1		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
59. Implantação de um programa de auditoria em saúde do trabalhador como ferramenta facilitadora do alcance dos objetivos estabelecidos na Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, evidenciando as não conformidades presentes nos ambientes de trabalho e subsidiando os trabalhadores, os gestores e os empresários para a tomada de decisões acertadas e resolutivas para a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos.	1		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
60. Fortalecimento da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, visando à promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos	1		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
61. Fortalecer a Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública para a realização de ações de diagnóstico e controle dos agravos e doenças de notificação compulsória.	1		Nacional Estadual	Aprovada

Subeixo 4**Vigilância em Saúde Participativa e Democrática para Enfrentamento das Iniquidades Sociais em Saúde**

Propostas procedentes dos GT	GT	Redação final	Abrangência	Análise plenária
62. Aprimoramento dos canais de comunicação com a sociedade para que esta perceba a importância da vigilância em saúde na vida de cada cidadão e participe ativamente e de forma democrática na definição de ações e estratégias para o enfrentamento das iniquidades sociais, através de conselhos de saúde, fóruns ampliados, ouvidorias, universidades, associações de bairros, entre outros.	3	D1. Aprimorar os canais de comunicação com a sociedade para que esta perceba a importância da vigilância em saúde na vida de cada cidadão e participe ativamente e de forma democrática na definição de ações e estratégias para o enfrentamento das iniquidades sociais, através de conselhos de saúde, fóruns ampliados, ouvidorias, universidades, associações de bairros, entre outros	Nacional Estadual Municipal	Aprovada d1.
63. Incentivar que conteúdos de VS sejam contemplados nos programas de educação permanente para o(a)s conselheiro(a)s de saúde e lideranças comunitárias.	2		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
64. Ampliar a produção de materiais informativos e comunicações públicas sobre funções e responsabilidades do controle social do SUS	2		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
65. Incluir a Vigilância em Saúde no Programa Saúde na Escola com o propósito de formar multiplicadores mirins;	4		Nacional	Aprovada
66. Implementar e ampliar projetos de comunicação dos serviços oferecidos pela saúde com foco na Vigilância em Saúde, para ser veiculado em todos os espaços públicos;	4		Nacional Estadual	Aprovada

67. Garantir recursos financeiros para estruturação de programas de educação permanente em Vigilância em Saúde para os Conselhos de Saúde;	4		Nacional Estadual	Aprovada
68. Instituir e garantir a continuidade de comitês técnicos intersetoriais para estruturação de políticas públicas que atendam as diretrizes de Vigilância em Saúde;	4		Estadual	Aprovada
69. Abrir espaço para discussão entre ANVISA/Estado a fim de uniformizar a aplicação das ações relacionadas à legislação sanitária;	4		Nacional Estadual	Aprovada
70. Garantir profissionais técnicos de carreira na gestão dos serviços de saúde;	4	D1. supressão	Nacional Estadual	Suprimida
71. Garantir a resolutividade unificando as Vigilâncias num trabalho contínuo, onde todas as pessoas sejam atendidas em suas necessidades, sem precisar passar por diversos setores para a solução de um mesmo problema;	4		Estadual	Aprovada
72. Priorizar a discussão nos conselhos de saúde, nas três esferas, sobre a importância da adesão à questão da saúde alimentar e nutricional (SAN);	4		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
73. Implantar efetivamente a política nacional de Saúde do Trabalhador, priorizando as ações de prevenção de acidentes e promoção à saúde;	4		Estadual	Aprovada

74. Fomentar, executar e monitorar ações intersetoriais e multiprofissionais de saneabilidade nos rios, afluentes e córregos, com o intuito de reduzir danos ambientais e a saúde da população	1		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
75. Realizar atividades formativas histórico-políticas com os espaços de convivência social (instituições religiosas, movimentos sociais, associações de pais e professores, conselhos escolares, etc) em parceria com os Conselhos de Saúde e afins, visando estimular a participação da comunidade nos espaços de controle social;	1		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
76. Orientação da Vigilância em Saúde de forma universal, integrada, participativa e territorial, tendo como protagonistas a sociedade e os trabalhadores da vigilância.	1	Orientar a Vigilância em Saúde de forma universal, [...]	Nacional Estadual Municipal	Aprovada
77. Aprimoramento dos canais de comunicação com a sociedade para que esta perceba a importância da vigilância em saúde na vida de cada cidadão e participe ativamente e de forma democrática na definição de ações e estratégias para o enfrentamento das iniquidades sociais.	1		Nacional Estadual Municipal	Aprovada